

Cidadãos Globais

Tiago Fernandes*

Walzer reuniu neste volume textos de um variado conjunto de autores para tentar trazer os diversos sentidos que a noção de “sociedade civil” adquiriu na Europa e nos Estados Unidos. Uma das discussões mais interessantes do livro é a questão das relações entre sociedade civil, Estado e democracia.

O contexto político e social de finais do século 20, originado pelo colapso do bloco socialista, assistiu ao renascimento teórico e político da ideia de sociedade civil. Foi sobretudo a partir desta noção que as oposições aos regimes políticos da Europa Central e de Leste erigiram a sua crítica ao socialismo e construíram uma alternativa ideológica e política.

Difundida a partir dos escritos de Vaclav Havel e de Adam Michnik, e amplificada pelo complexo processo de transição do socialismo para a democracia, a “sociedade civil” teve depois uma forte ressonância nas democracias ocidentais e é hoje um termo que ganhou o seu lugar nos debates políticos destas sociedades.

O livro “*Toward a Global Civil Society*”, que inclui contribuições de gente tão diversa como Eric Hobsbawm, Amitai Etzioni, Chantal Mouffe, Jean Cohen ou Philip Selznick, procura assim trazer os diversos sentidos que “sociedade civil” adquiriu na Europa e nos Estados Uni-

INTERNATIONAL POLITICAL CURRENTS – VOLUME 1
A FRIEDRICH-EHRT-STIFTUNG SERIES

TOWARD A GLOBAL CIVIL SOCIETY



EDITED BY
MICHAEL WALZER



Michael Walzer, dir., *Toward a Global Civil Society*,
Bergham Books, Providence/Oxford, 1995.

dos. O volume está dividido em cinco secções temáticas.

A primeira parte, intitulada “O conceito de sociedade civil”, mostra como a sociedade civil, inicialmente

identificada com a sociedade política e em oposição ao *estado da natureza* (Locke) passou a designar o pluralismo social que se desenvolve no exterior do Estado, ou seja, a ordem social propriamente dita (Hegel). O debate continua com a questão dos limites da própria sociedade civil, entendida como “o espaço da acção humana não coagida” onde se gera e difunde o espírito cívico. (Walzer, p. 8).

Inclui esta a esfera privada da família, o mercado, as igrejas e os partidos políticos? Alguns autores são da opinião de que o mercado é uma parte essencial da sociedade civil pois permite gerar os recursos necessários que levam à diferenciação social e logo ao pluralismo. Para outros, o mercado gera desigualdades extremas e cristaliza determinadas hierarquias sociais que são prejudiciais à liberdade individual e ao pluralismo, defendendo por isso

uma separação teórica entre três esferas da actividade humana: Estado, economia e sociedade civil.

Estes últimos autores alertam também para o facto de a própria soci-

* Faculdade de Ciências Sociais e Humanas;
Universidade Nova de Lisboa

idade civil se poder analisar quanto ao seu grau de democraticidade. Instituições como a família ou as igrejas, por isso, nem sempre favorecem uma política democrática. Quanto aos partidos políticos, a sua função é a conquista do poder, e como tal não fazem parte da sociedade civil. Esta procura antes influenciar a política através da formação da opinião pública, se bem que o possa por vezes fazer em articulação com os partidos (Jean Cohen).

Uma das discussões mais interessantes do livro é a questão das relações entre sociedade civil, Estado e democracia. Na verdade, como aponta Michael Walzer, existe um paradoxo na noção de sociedade civil. Para esta ser forte é necessário que não se verifique uma extrema concentração de recursos em determinados grupos, o que implica, ao contrário de muita sabedoria convencional, uma maior intervenção do Estado na correcção das desigualdades, ou seja, na própria definição dos termos e dos limites da sociedade civil, redistribuindo recursos para a tornar democrática. Como afirma este autor, o pluralismo não é auto-suficiente.

Por último, os autores estão de acordo que os limites da sociedade civil já não são nacionais. Existe hoje uma sociedade civil internacional, corporizada em organizações como a Amnistia Internacional ou nas diversas instituições promovidas pela ONU, que serve para criticar as dinâmicas do mercado internacional e construir uma agenda de problemas políticos globais.

A segunda parte, sobre a “perspectiva comunitarista”, apresenta o debate da escola que nos últimos anos tem dominado o pensamento sobre uma filosofia política da sociedade civil, o comunitarismo, para o qual os laços sociais e comunitários, além de

serem prévios à criação da própria comunidade política, são o fundamento que a torna possível.

Discutindo as teses das suas principais figuras, como Michael Walzer, Charles Taylor, Alasdair MacIntyre ou Michael Sandel, as questões que animam estes capítulos são as seguintes: como conciliar a identidade e a liberdade individuais e a ligação ao todo social, escapando quer às tendências desagregadoras da individualidade quer à homogeneização e obliteração da diferença pela comunidade?; e como criar indivíduos preocupados com o bem comum? Para uns, a resposta está no pensamento católico, através da valorização da liberdade individual e da condenação das tendências desagregadoras

Para os autores, é só pela localização do indivíduo em instituições e organizações da sociedade civil que é possível o desenvolvimento da sua autonomia e soberania moral, a sua “humanidade”.

do mercado, de uma sociedade civil imbuída do espírito do catolicismo, que permita ao indivíduo florescer e criar um espírito de serviço e de identificação com os seus semelhantes. Para outros, a resposta está nas relações de sociabilidade ao nível micro, quer sejam católicas ou não. A família, a escola, o clube, o local de trabalho, permitem o desenvolvimento da confiança entre os indivíduos, em virtude da intimidade e empatia que proporcionam. Na expressão de Philip Selznick, são centros de “obrigação moral” (p. 130).

“Política económica e justiça social” é o tema da terceira parte. Face às insuficiências do mercado e às limitações impostas sobre as políticas económicas e financeiras do estado-providência pela economia internacional, a sociedade civil é aqui considerada

como o mecanismo a partir do qual é possível realizar bens colectivos que aquelas duas instituições não conseguiram gerar: um ambiente saudável, a qualificação da força de trabalho, a diminuição do desemprego, etc.

Só a sociedade civil é capaz de gerar recursos e tomar iniciativas que contrabalançam o poder do mercado internacional, adquirindo para o efeito uma rede institucional de dimensão internacional capaz de transcender as limitações do estado-nação. E é também apenas na sociedade civil que se pode reagir e criticar a muitas vezes inquestionada autoridade científica e profissional dos peritos e burocratas do estado-providência, providenciando alternativas às políticas públicas.

Mais ainda, os autores defendem a tese de que é a própria eficiência económica que depende de uma forte sociedade civil e não o inverso. O “capital humano”, isto é, a capacidade para os indivíduos desenvolverem as suas competências profissionais, depende de uma sólida rede de instituições sociais e de grupos informais capazes de gerar confiança, ou seja, do “capital social”.

A quarta parte versa sobre “A internacionalização da política e da economia e o desafio do nacionalismo, da imigração e do conflito de minorias”. Desde a queda dos regimes comunistas europeus em 1989 que se verificou um conjunto decisivo de mudanças na ordem política internacional. O mundo passou a ser multipolar; emergiu toda uma série de conflitos étnicos e de nacionalismos, a Alemanha assumiu a posição de maior potência europeia.

Qual é hoje a consistência do projecto europeu já que o principal factor aglutinador da Europa comunitária – o império comunista – desapareceu?

E como limitar as tendências desagregadoras do nacionalismo e da preponderância germânica? Para os autores a resposta parece estar numa Europa federalista de estados nacionais com considerável autonomia ao nível regional e coordenados por um parlamento europeu com voto decisivo em assuntos de interesse comum, como a política externa e de segurança, e questões económicas e ecológicas.

Os valores que animam a noção de um federalismo descentralizado são também adoptados para a organização interna dos próprios estados nacionais face às suas diversas colectividades étnicas. Os Estados Unidos e a Europa são cada vez mais constituídos por uma manta de “ghettos” étnicos gerada pelo aumento considerável da imigração neste final de século.

Como refere Hobsbawm, muitas cidades do mundo desenvolvido, particularmente nos EUA, já têm um perfil étnico que é maioritariamente oriundo do terceiro mundo. A solução para eventuais conflitos étnicos parece por isso estar na consagração de “direitos colectivos” (Mouffe) e na ideia de “cosmopolitismo com raízes” (Mitchell Cohen) que se apoia – ao contrário do multiculturalismo, que celebra irreflectidamente o particularismo – “na legitimidade das lealdades plurais” que partilham um “chão comum” (p. 233).

A quinta e última parte do livro, sobre “O socialismo europeu e o reformismo social americano”, trata de questões éticas e prescritivas: como atingir a liberdade individual e o bem colectivo agora que as grandes ideologias da emancipação perderam a sua força política e a liberalização económica e o pensamento tecnocrático parecem ser as únicas respostas aos problemas sociais contemporâneos?

Para os autores, é só pela localização do indivíduo em instituições e organizações da sociedade civil que é possível o desenvolvimento da sua autonomia e soberania moral, a sua “humanidade”.

Mas há também que reformular a própria textura institucional da so-

Como aponta Michael Walzer, existe um paradoxo na noção de sociedade civil. Para esta ser forte é necessário que não se verifique uma extrema concentração de recursos em determinados grupos.

ciedade civil, criando novos tipos de instituições como empresas municipais e locais e grupos de consumidores, assegurando a representação dos trabalhadores nos órgãos directivos das empresas privadas, e voltar aos velhos ideais socialistas de finais de oi-

tocentos que passavam pelo controlo cooperativo das empresas.

O discurso da sociedade civil procura assim ser uma nova ideologia política – e é aqui onde se nota a maior influência dos pensadores da Europa Oriental – quer seja na celebração do que é “local, específico, contingente”

(Walzer) ou como uma nova utopia que continua o projecto iluminista de aprofundamento do pluralismo inerente às sociedades democráticas (Mouffe).

Em virtude da riqueza de posições e da variedade de questões abordadas este livro pode ser fortemente recomendado. Como pontos negativos, destacamos dois: a sociedade civil por vezes aparece como a panaceia universal para os problemas do mundo; faz falta uma conclusão que sintetize as diversas contribuições e aponte futuras vias de investigação. ■



Uma das teses apresentadas por Walzer defende que “só a sociedade civil é capaz de gerar recursos e tomar iniciativas que contrabalançam o poder do mercado internacional, adquirindo para o efeito uma rede institucional de dimensão internacional capaz de transcender as limitações do estado-nação.”